



Demonstrações Financeiras

Período de 2021

Índice

Balço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração de Fluxos de Caixa	7
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
5. Ativos Fixos Tangíveis	14
6. Inventários	15
7. Rébito	16
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
9. Benefícios dos empregados	16
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
11. Outras Informações	17
11.1. Investimentos Financeiros	17
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
11.3. Clientes e Utentes	17
11.4. Outras contas a receber	17
11.5. Diferimentos	17
11.6. Caixa e Depósitos Bancários	18
11.7. Fundos Patrimoniais	18
11.8. Fornecedores	18
11.9. Estado e Outros Entes Públicos	18
11.10. Outras Contas a Pagar	19
11.11. Fornecimentos e serviços externos	19
11.12. Outros rendimentos e ganhos	19
11.13. Outros gastos e perdas	19
11.14. Resultados Financeiros	20
11.15. Acontecimentos após data de Balço	20

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	960.802,07	1.039.618,68
Investimentos financeiros	11.1	937,33	702,85
Subtotal		961.739,40	1.040.321,53
Ativo corrente			
Inventários	6		63,66
Estado e outros Entes Públicos	11.9	1.782,67	1.061,07
Créditos a receber	11.4	22,02	708,39
Diferimentos	11.5	-	-
Caixa e depósitos bancários	11.6	13.241,51	193.310,96
Subtotal		15.046,20	195.144,08
Total do Ativo		976.785,60	1.235.465,61
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios			
Fundos	11.7	2.046.965,51	2.046.965,51
Resultados transitados	11.7	(1.095.505,40)	(1.007.245,52)
Outras variações nos fundos patrimoniais		30.000,00	30.000,00
Resultado Líquido do período		(128.393,97)	(88.259,88)
Total do capital próprio		853.066,14	981.460,11
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	256,99	3.964,50
Estado e outros Entes Públicos	11.9	1.509,00	1.243,21
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	11.2		81.253,63
Outros passivos financeiros	11.10	121.953,47	167.544,16
Subtotal		123.719,46	254.005,50
Total do passivo		123.719,46	254.005,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		976.785,60	1.235.465,61

Barcelos, 26 de abril de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	58.612,00	83.636,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8	126,75	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(4.941,04)	(4.183,29)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(52.881,71)	(43.267,01)
Gastos com o pessoal	9	(56.045,42)	(52.062,06)
Outros rendimentos e ganhos	11.12	19.688,05	21.411,38
Outros gastos e perdas	11.13	(4.224,05)	(8.005,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(39.665,42)	(2.470,88)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(89.202,31)	(86.102,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(128.867,73)	(88.573,58)
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	473,76	313,70
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(128.393,97)	(88.259,88)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(128.393,97)	(88.259,88)

Barcelos, 26 de abril de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Fúcio Martins

A DIRECÇÃO

*Luís Pedro Gonçalves
Manoel Gonçalves
Adalino Feres*

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	2.046.965,51	-	(919.182,23)	30.000,00	(88.063,29)	1.069.719,99	-	1.069.719,99	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	-	-	(88.063,29)	-	88.063,29	-	-	-	
RESULTADO EXTENSIVO	3	-	-	(88.063,29)	-	88.063,29	-	-	-	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3									
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	5 6=1+2+3+4	2.046.965,51	-	(1.007.245,52)	30.000,00	(88.259,88)	981.460,11	-	981.460,11	

Barcelos, 26 de abril de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Faria Martins

A DIRECÇÃO
Fernando Padaluna L. Sobral
Mónica Botelho Duarte
Isabelina Freitas

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	2.046.965,51	-	(1.007.245,52)	30.000,00	(88.259,88)	981.460,11	-	981.460,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	(88.259,88)	-	88.259,88	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(128.393,97)			(128.393,97)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(40.134,09)			(128.393,97)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	10 6+7+8+10	2.046.965,51	-	(1.095.505,40)	30.000,00	(128.393,97)	853.066,14	-	853.066,14

Barcelos, 26 de abril de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Fátima Fortin

A DIRECÇÃO

*Francisco António de Sousa
Teresa Maria Fátima*



Demonstração de Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		58.612,00	82.927,61
Pagamento a fornecedores		(42.764,78)	(53.395,16)
Pagamentos ao pessoal		(54.817,77)	(52.379,32)
Caixa gerada pelas operações		(38.970,55)	(22.846,87)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		21.046,77	19.859,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(17.923,78)	(2.986,90)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Investimentos financeiros</i>			13,12
<i>Juros e rendimentos similares</i>		473,76	772,30
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		473,76	785,42
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Outras operações de financiamento</i>		31.816,03	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Outras operações de financiamento</i>		(194.435,46)	
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(162.619,43)	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(180.069,45)	(2.201,48)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		193.310,96	195.512,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13.241,51	193.310,96

Barcelos, 26 de abril de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Casa do Cruzeiro

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Objeto Social: Ação Social para pessoas idosas com alojamento – CAE: 85313

Sede: Rua do Convento, 6 - Barcelos

N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 504 589 474

Fundo: 2.046.965,51€

Constituída em 1999

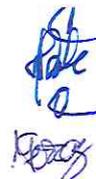
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto – Lei 98/2015 de 2 de junho.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 11.4 e 11.10) e “Diferimentos” (Nota 11.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados pelo custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os Ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no Ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir ex-fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de*

- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.743.674,13	9.477,50				1.753.151,63
Equipamento básico	154.849,58	908,20				155.757,78
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,33					4.569,33
Outros Ativos fixos tangíveis	9.739,00					9.739,00
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.912.832,04	10.385,70	-	-	-	1.923.217,74
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	708.773,33	88.156,73				796.930,06
Equipamento básico	153.132,64	679,43				153.812,07
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,32					4.569,32
Outros Ativos fixos tangíveis	6.738,06	366,15				7.104,21
Total	873.213,36	89.202,31	-	-	-	962.415,67

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.743.674,13					1.743.674,13
Equipamento básico	154.849,58					154.849,58
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,33					4.569,33
Outros Ativos fixos tangíveis	9.739,00					9.739,00
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.912.832,04	-	-	-	-	1.912.832,04
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	623.973,21	84.800,12				708.773,33
Equipamento básico	152.280,35	852,29				153.132,64
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,32					4.569,32
Outros Ativos fixos tangíveis	6.287,77	450,29				6.738,06
Total	787.110,66	86.102,70	-	-	-	873.213,36

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	4.246,95	-	63,66	4.877,38	-	-
Total	-	4.246,95	-	63,66	4.877,38	-	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.183,29	4.941,04
Variações nos inventários da produção	-	-



7. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas		
Prestação de Serviços	58.612,00	83.636,00
Prestação de Serviços	58.612,00	83.636,00
Total	58.612,00	83.636,00

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Casa do Cruzeiro recebeu um subsídio de 126,75 Euros referente ao apoio do IAPMEI como compensação do aumento do Salário Mínimo Nacional.

9. Benefícios dos empregados

Em 2021 a Entidade tinha 5 funcionários, mais um funcionário do que em 2020.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	45.458,09	42.261,60
Encargos sobre as Remunerações	10.180,05	9.439,45
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	407,28	361,01
Total	56.045,42	52.062,06

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Fundo de Compensação	937,33	702,85
Total	937,33	702,85

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A rubrica “Fundadores” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos - Comunidade	93.914,72		93.914,72	140.095,47		140.095,47
Outros Empréstimos - PPFMNS	-	-	-	81.253,63		81.253,63
Total	93.914,72	-	93.914,72	221.349,10	-	221.349,10

11.3. Clientes e Utentes

A rubrica “Clientes e Utentes” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	-	708,39
Clientes	-	708,39
Total	-	708,39

11.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	22,02	-
Total	22,02	-

11.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica “Diferimentos” não apresentava qualquer saldo.

11.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	13.241,51	2.612,39
Depósitos a prazo	-	190.698,57
Total	13.241,51	193.310,96

11.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundo	2.046.965,51			2.046.965,51
Resultados transitados	(1.007.245,52)		(88.258,88)	(918.986,64)
Outras variações nos FP	30.000,00			30.000,00
Total	1.069.719,99	-	(88.258,88)	981.461,11

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	256,99	3.964,50
Total	256,99	3.964,50

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.782,67	1.061,07
Total	1.782,67	1.061,07
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	201,00	192,00
Segurança Social	1.265,15	1.034,64
Outros Impostos e Taxas	42,85	16,57
Total	1.509,00	1.243,21



11.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Fornecedores de Investimentos		6.196,53		6.196,53
Credores por acréscimos de gastos		8.709,64		7.719,58
Outros credores		107.047,30		153.628,05
Total	-	121.953,47	-	167.544,16

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	11.068,66	12.646,49
Materiais	933,84	934,57
Energia e fluidos	35.013,85	24.922,09
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Serviços diversos	5.865,36	4.763,86
Total	52.881,71	43.267,01

11.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos	19.688,05	21.411,38
Total	19.688,05	21.411,38

11.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	15,00	
Outros Gastos e Perdas	4.209,05	8.005,90
Total	4.224,05	8.005,90

11.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares. Não existem gastos desta natureza durante os dois períodos:

Descrição	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	473,76	313,70
Total	473,76	313,70
Resultados financeiros	473,76	313,70

11.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

O conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia apesar de afetar substancialmente a economia europeia em geral, entendemos que não terá qualquer impacto significativo no funcionamento ou na continuidade da Instituição.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Airó, 26 de abril de 2022

~~Manuel António~~
Dolima Foraj